THE
CARTER CENTER

Eleições Autárquicas

Moçambique

19 de Novembro de 2003

Relatório de Observação Eleitoral

Atlanta / Maputo, Março de 2004

Mapa de Moçambique

Índice

Lista de Delegados e Pessoal p.4

Termos e Abreviaturas p.5

Sumário Executivo p.6

Agradecimentos p.7

Prefácio p.9

Actividades Pré-eleitorais
- Avaliação de Março de 2003 p.11
- Estabelecimento de Representação Local p.11
- Avaliação Pré-eleitoral p.11

Missão de Observação Eleitoral
- Sessão Informativa aos Delegados p.15
- Cobertura e Metodologia da Observação p.15
- Relatórios do Observador p.16

Observação Pós-eleitoral
- Apuramento Intermédia e Geral p.19
- Reclamações e Recursos p.24
- Resultados Eleitorais p.25

Recolha de Apuramentos Parciais p.30

Conclusões e Recomendações p.32

Anexos p.35
- Comunicado de Imprensa de 30 de Outubro p.36
- Declaração do Presidente Carter a 17 de Novembro p.38
- Equipas de Observação p.39
- Exemplos de Formulários de Observação p.40
- Declaração do *Carter Center* a 21 de Novembro p.48
- Declaração do *Carter Center* a 20 de Janeiro p.51
- *The Carter Center* – Breve Apresentação p.54

Lista de Delegados e Pessoal

Membros da Delegação

Jorge Bardalez, Consultor Independente, Peru
Carlos Barros, Voluntário de Apoio Eleitoral, São Tomé and Principe
Eric Bjornlund, Democracy International, USA
Ed Cain, Director, Global Development Initiative, The Carter Center, USA
Marc De Tollenaere, Moçambique Representante, Democracy Program, The Carter Center, Belgium
Margot Gould, Assistant Program Officer, International Institute for Democracy and Electoral Assistance, Australia
Frances Henderson, Doctoral Candidate, Washington University in St. Louis, USA
Cecilia Luna Lopes, Voluntário de Apoio Eleitoral, Ecuador
Irene Mathenjwa, Local Government Program Officer, Electoral Institute Southern Africa, South Africa
David Pottie, Senior Program Associate, Democracy Program, The Carter Center, Canada
Ricardo de Rodrigues, Intern, Democracy Program, The Carter Center, Brazil
Cyridion Rutta, Voluntário de Apoio Eleitoral, Tanzania
Mark Simpson, Moçambique Representante, Global Development Initiative, The Carter Center, United Kingdom
Scott Taylor, Assistant Professor, Georgetown University, USA
Sun-Ae Wang, Voluntário de Apoio Eleitoral e Candidata PhD, School of Oriental and African Studies, University of London, South Korea

Pessoal

Helena Balói, Assistente do escritório, Moçambique
David Gouveia, Motorista, Moçambique
Fátima Máhel, Assistente Administrativa, Moçambique
Alda Mahumane, Secretária, Moçambique

Termos e Abreviaturas

AMODE	*Associação Moçambicana Para o Desenvolvimento da Democracia*
CC	*Conselho Constitucional*
CCM	*Conselho Cristão de Moçambique*
CEDE	*Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento*
CIM	*Conselho Islâmico de Moçambique*
CNE	*Comissão Nacional de Eleições*
EU	União Europea
FECIV	*Forum de Educação Cívica*
Frelimo	*Frente de Libertação de Moçambique*
GIDA	*Grupo Independente de Desenvolvimento de Angoche*
OE	*Observatório Eleitoral*
RAP	*Recolha de Apuramentos Parciais*
Renamo-UE	*Resistência Nacional Moçambicana – União Eleitoral*
STAE	*Secretariado Técnico de Administração Eleitoral*
UPI	*Unidos pela Ilha* (United for the Island)
VE	*Voluntários Eleitorais Internacionais (Observadores de longo prazo)*

Sumário Executivo

Em Junho de 2003, o Carter Center foi convidado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), para observar as segundas eleições municipais multipartidárias de Moçambique, programadas para 19 de Novembro de 2003. O Center aceitou o convite, e formulou um programa de apoio eleitoral, iniciado em Outubro de 2003 com o recrutamento de um Representante do Programa para a Democracia em Moçambique e a abertura de um escritório local.

Entre 20 de Outubro a 10 de Novembro, quatro voluntários internacionais de apoio eleitoral (VEI) levaram a cabo uma avaliação pré-eleitoral em 25 das 33 autarquias. Os VEI observaram que as preparações para as eleições prosseguiam como planeadas e que as percepções gerais sobre o processo eram positivas, concretamente e em particular sobre os enormes esforços do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE). Os VEI notaram uma crítica geral ao processo da actualização dos cadernos eleitorais, com muitas queixas sobre a insuficiência de materiais. Foi registada também alguma insatisfação por parte dos inquiridos relativamente à educação cívica antes das eleições, sendo esta caracterizada como inadequada e desigual em termos da cobertura geográfica. Embora os apoiantes do partido da oposição tendessem a ver os membros dos órgãos eleitorais, da polícia e dos meios de comunicação como favoráveis ao partido no governo, Frelimo, os VEI não registaram obstáculos maiores à continuidade do processo eleitoral nem conflitos significantes relacionados com as mesmas.

Para o dia das eleições, o Center organizou uma missão de 15 observadores de 12 países. Os observadores foram divididos em sete equipas para a abrangência das autarquias selecionadas a Norte, Centro e Sul do país. Os delegados visitaram 60 assembleias e 130 mesas de voto, em 11 autarquias das seis províncias e da cidade de Maputo e observaram a abertura das mesas de voto, todos os procedimentos de votação, o encerramento das mesas de voto e a contagem dos boletins. Foi também pedido aos observadores que acompanhassem o apuramento intermédio a nível de cada autarquia.

O Center emitiu uma declaração preliminar a 21 de Novembro felicitando as autoridades e o pessoal eleitoral pela condução de todos os aspectos do processo de votação no dia das eleições. O Center ficou ainda satisfeito com o nível de competição entre partidos e candidatos, mas expressou preocupação sobre a baixa afluência de eleitores. No entanto, o Center manifestou objeção contra a restrição da CNE para a livre circulação de observadores creditados e ao acesso desigual para o processo de apuramento intermédio. A declaração também indicou que o Carter Center continuaria a observar o processo de apuramento intermédio e geral, assim como quaisquer reclamações sobre o processo eleitoral.

O nível de acesso concedido ao Center para o processo do apuramento geral foi insuficiente para permitir uma verificação adequada. O Center detectou ainda erros nos resultados anunciados pela CNE no dia 4 de Dezembro e nos “resultados corrigidos” publicados pela CNE no dia 11 de Dezembro. O Conselho Constitucional teve que pedir à CNE para corrigir os erros e teve que se pronunciar sobre reclamações e recursos. O Conselho Constitucional

publicou o seu parecer final a 15 de Janeiro, confirmando os resultados e rejeitando todas as reclamações, mas também criticando a CNE e o Parlamento e providenciando sugestões valiosas para melhorias futuras no processo eleitoral.

A confiança do Center na rectidão dos resultados baseia-se parcialmente no seu envolvimento numa recolha de apuramentos parciais (RAP) levada a cabo pelo Observatório Eleitoral. O Observatório Eleitoral é uma parceria de organizações nacionais com um interesse na monitoria de conflitos eleitorais e na observação de eleições, que inclui os seguintes parceiros: Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Democracia (AMODE), Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento (CEDE), Conselho Cristão de Moçambique (CCM) e o Conselho Islâmico de Moçambique (CIM). A RAP foi levado a cabo em 10 autarquias, com sete apuramentos completos e três baseadas em amostras estatísticas. Os resultados da RAP apoiaram os dados do apuramento oficial conduzido pela CNE.

O Center elogia todos os partidos e candidatos pela aceitação dos resultados finais das eleições e a deliberação do Conselho Constitucional. Isto é crucial para o próprio encerramento deste processo eleitoral assim como para a preparação das próximas eleições gerais de 2004. As autoridades eleitorais merecem elogios por um dia de eleições bem organizado e o Conselho Constitucional pela afirmação rápida e positiva da sua autoridade. O Center vê também o aumento da capacidade das organizações da sociedade civil no envolvimento nos processos eleitorais como muito construtivo e crucial para o aumento da transparência e credibilidade, o que deveria resultar em eleições menos partidarizadas e mais abertas. As eleições são de interesse para todos os eleitores e não apenas para as elites políticas. Finalmente, apesar de algumas disputas localizadas entre os partidos políticos em várias fases do processo, o processo eleitoral em geral foi pacífico.

O Center está preocupado com a situação dos cadernos eleitorais. O STAE enfrenta um sério desafio para corrigir e reconciliar os cadernos e integrar as bases de dados actuais numa única plataforma como recomendado pelo Conselho Constitucional. O não cumprimento disso de uma maneira transparente pode pôr em perigo o processo eleitoral futuro.

Outra preocupação principal é o processo de apuramento. Esta é a terceira eleição consecutiva caracterizada por um processo de apuramento problemático, com demoras e erros no anúncio dos resultados oficiais, insuficiente acesso aos observadores e uma falta geral de transparência. O Center considera melhorias técnicas essenciais, assim como a tomada de decisões oportunas, baseadas num cronograma realístico pré-estipulado.

O Center pede ainda um melhor acesso para os observadores em todas as fases do processo eleitoral, incluindo mobilidade geográfica e acesso a todos os aspectos do processo de apuramento. Há esperança que um diálogo com a CNE resulte em directrizes claras que possibilitem esse acesso no espírito de uma administração eleitoral transparente e justa.

Agradecimentos

O *Carter Center* agradece o apoio providenciado pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID), pela Cooperação Suíça (DPIV) e pela Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) que permitiu ao *Center* a implementação do projecto de observação das eleições em Moçambique. O *Carter Center* trabalhou de perto com funcionários do DFID, DPIV e da USAID ao longo do processo e gostaria de acrescentar um agradecimento especial a Alicia Herbert do DFID, a Anne Gloor do DPIV e a Miguel de Brito da USAID pela assistência prestada.

O *Center* expressa o seu agradecimento ao Governo de Moçambique e ao Presidente da CNE, Reverendo Arão Litsure, por ter convidado o *Center* para participar na observação das eleições. O *Center* agradece ainda, os esforços dedicados de outros grupos internacionais, nomeadamente, à missão internacional de observação da União Europeia e à equipa do Commonwealth. Do mesmo modo, o *Center* reconhece o importante trabalho dos observadores nacionais moçambicanos, incluindo o CEDE, a AMODE, o Forum de Educação Cívica (FECIV), o Conselho Cristão de Moçambique e o Conselho Islâmico de Moçambique, assim como outros que juntos, mobilizaram centenas de observadores para promover a realização de eleições livres e justas.

Sinceros agradecimentos também para os delegados do *Carter Center* que deram voluntariamente o seu tempo, conhecimento e compreensão e concordaram em juntar-se ao *Center* em Moçambique. Os delegados aceitaram uma série de responsabilidades sem reclamações e demonstraram um forte compromisso de apoio ao processo de democratização em Moçambique. O *Center* também reconhece os esforços dos voluntários de apoio eleitoral que serviram como observadores de médio-prazo: Carlos Barros (São Tomé e Príncipe), Cecília Luna Lopes (Equador), Cyridion Rutta (Tanzânia) e Sun-Ae Wang (Coreia do Sul).

O pessoal do *Carter Center* em Maputo fez um trabalho excelente durante a missão eleitoral: Helena Baloi, assistente de escritório; David Gouveia, motorista; Fátima Mahel, assistente administrativa e Alda Mahumane, secretária.

O Programa para a Democracia do *Carter Center* em Atlanta teve total responsabilidade pelo projecto desde a avaliação inicial em Março de 2003. O projecto foi administrado e dirigido pelo Assessor Sénior do Programa para a Democracia, David Pottie, e o representante do Programa para a Democracia em Moçambique, Marc de Tollenaere. Mark Simpson, representante em Moçambique da Iniciativa de Desenvolvimento Global do *Center*, que também providenciou discernimento essencial sobre o processo municipal eleitoral. Tynesha Green providenciou apoio em Atlanta, e David Carroll, director do Programa para a Democracia, contribuiu com recomendações e orientações ao longo de todo o projecto.

Marc de Tollenaere redigiu este relatório baseado nas contribuições de toda a delegação, com um subsídio particular de David Pottie. Sarah Fedota, do escritório de Informação e Publicação do *Center*, compilou o relatório na sua versão final.

Prefácio

Apesar de mais de três décadas de guerra e instabilidade, Moçambique tem vindo a emergir como um país extremamente promissor. Desde 1994, o período pós-conflito pode ser considerado como um voto para a paz tendo o país, desde essa altura, experimentado taxas de crescimento económico relativamente elevadas. No entanto, Moçambique é ainda um dos países menos desenvolvidos do mundo, ocupando o 170º lugar num total de 175 países de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) de 2003 e, por esse motivo, enfrenta grandes desafios políticos e económicos.

As eleições multipartidárias ocorreram em Moçambique em 1994, 1998 e 1999. Antes de cada eleição, nova legislação teve de ser aprovada, e cada vez a composição da Comissão Nacional de Eleições mudou.

Moçambique atravessa agora um novo ciclo eleitoral, com as eleições municipais de Novembro de 2003 e as eleições gerais cruciais, marcadas para finais de 2004. Como um país num período pós-conflito, e com um cadastro de eleições contestadas, 2003-2004 será um teste decisivo relativamente às capacidades de Moçambique na condução de eleições democráticas credíveis.

A nova legislação para as eleições municipais foi aprovada em Outubro de 2002. A constituição da CNE continua extremamente politizada tendo agora 19 membros: 10 membros nomeados pela Frelimo, oito pela Renamo União Eleitoral (Renamo-UE) e um representante da sociedade civil no papel de presidente. A Frelimo beneficia, assim, da maioria dentro da CNE. A nível provincial e distrital, a CNE tem representações que consistem em cinco pessoas nomeadas pela Frelimo, três designadas pela Renamo-UE e um presidente independente pela sociedade civil. A Frelimo e a Renamo-UE também nomeiam técnicos para trabalharem no STAE.

Pela primeira vez desde 1999 efectuou-se, a nível nacional, uma actualização dos cadernos de recenseamento, entre 26 de Junho e 26 de Julho de 2003. Alguns problemas logísticos foram detectados, mas desta vez, e contrariamente a 1998, os cadernos eleitorais não foram contestados.

Neste contexto, as eleições municipais abriram novas oportunidades cruciais, reforçando o papel dos observadores locais para as eleições nacionais de 2004, avaliando ainda, se as reformas verificadas na recente volta eleitoral são as adequadas e, se apropriadas, para a promoção de reformas eleitorais adicionais.

O Carter Center em Moçambique

Em Moçambique, o *Center* tem estado activamente envolvido desde os anos 90. Entre 1999 e 2000, o *Center* dirigiu um projecto de nove meses em Moçambique, abrangendo uma missão de observação internacional para as eleições de Dezembro de 1999. Muitas das observações e

recomendações do relatório emitidas pelo *Center* em 1999, permanecem actualmente relevantes. Apesar da CNE ser presidida por um membro independente da sociedade civil, o corpo continua grande e é dominado por representantes de partidos políticos. Além disso, os representantes dos partidos políticos no STAE continuam a ser um assunto de descontentamento e ameaça arruinar a imparcialidade de administração das eleições. Embora Moçambique tenha levado a cabo mudanças positivas e importantes à lei eleitoral, tais como a entrega de copias de editais aos delegados de candidaturas, o processo de apuramento nacional permanece insuficientemente transparente.

O *Center* também ajudou a desenvolver o processo de planeamento estratégico a longo prazo para o desenvolvimento do país. Em Dezembro de 2003, a Agenda 2025 para Moçambique foi aprovada, unanimemente, pela Assembleia da república, planeando cuidadosamente a visão e estratégia do desenvolvimento nacional do país. O *Center* planeia continuar o seu trabalho, em parceria com intervenientes-chaves, realçando o fortalecimento do papel e da qualidade da contribuição da sociedade civil no avanço contínuo do diálogo politico com o governo, no que diz respeito ao Plano de Estratégia para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), e à sua implementação, extraindo introspecções do exercício da Agenda 2025.

Moçambique é também um país parceiro para o projecto "*Sasakawa Global 2000*" do *Center*, que pretende acabar com a fome, ensinando aos pequenos agricultores de recursos escassos, a auto-suficiência, pelo uso da melhor disponível produção agrícola e tecnologias pós-colheita.

Actividades Pré-eleitorais

Avaliação de Março de 2003

Uma equipa de avaliação pré-eleitoral do *Carter Center* visitou Moçambique em Março de 2003 e encontrou-se com vários intervenientes-chaves, incluindo as autoridades eleitorais, líderes de partidos políticos, grupos da sociedade civil, membros da comunidade internacional, e outros. A Frelimo e a Renamo-UE receberam com agrado o envolvimento do *Carter Center* nas segundas eleições autárquicas e os potenciais esforços para a reforma eleitoral. Baseado nestas relações e nas suas experiências adquiridas em processos eleitorais, o *Center* ocupa uma boa posição para empreender estes esforços. Em Junho de 2003, o *Center* foi convidado oficialmente pela CNE a observar as eleições municipais moçambicanas de Novembro de 2003.

Estabelecimento de Representação Local

A implementação do programa começou com o recrutamento de um representante do Programa para a Democracia em Moçambique no início de Outubro de 2003. Uma vez instalado, Marc de Tollenaere recrutou quatro Voluntários Eleitorais Internacionais (VE) e pessoal nacional e abriu um escritório. Este processo foi concluído em Novembro. Em Outubro o Instituto dos Países Baixos para a Democracia Multipartidária ofereceu (NIMD), generosamente, algum espaço temporário para servir de escritório. O estabelecimento do escritório foi anunciado à imprensa através de um comunicado no dia 31 de Outubro.

Foi dada prioridade ao recrutamento de Voluntários Eleitorais Internacionais localmente, devido ao tempo limitado para levar a cabo uma avaliação pré-eleitoral nos municípios seleccionados. Quatro candidatos (um de São Tomé, um da Tanzânia, uma da Coreia do Sul e uma do Equador) foram seleccionados e colocados imediatamente no terreno. Todos os VE tinham um português fluente, eram conhecedores do terreno moçambicano e três tinham experiência eleitoral anterior em Moçambique.

Avaliação Pré-eleitoral

Entre 20 de Outubro e 10 de Novembro, cada um dos VE levou a cabo duas missões durante as quais visitaram em conjunto 25 municípios de todas as províncias excepto uma, incluindo: Moçimboa da Praia, Montepuez, Pemba, Nampula, Monapo, Quelimane, Mocuba, Tete, Moatiza, Catandica, Manica, Chimoio, Marromeu, Dondo, Beira, Vilanculos, Maxixe, Inhambane, Manjaze, Chibuto, Chokwe, Xai-Xai, Manhiça, Matola e a cidade de Maputo.

Os VE não só recolheram informação sobre o estado da preparação das eleições, mas também, de um modo geral, outros aspectos relacionados com o processo eleitoral, inclusive o recenseamento dos eleitores, a nomeação dos candidatos, as campanhas dos partidos políticos, a educação cívica e potenciais conflitos. Os seus relatórios contribuíram para o desenvolvimento de um plano de acção para a missão de observação eleitoral.

No decurso dos seus desdobramentos pré-eleitorais, os VE reuniram-se com vários parceiros (incluindo autoridades eleitorais, representantes dos partidos políticos, candidatos, organizações da sociedade civil, jornalistas, empresários, líderes tradicionais e líderes religiosos).

Nalguns casos, as autoridades eleitorais mostraram relutância em receber os VE, muito provavelmente porque estes não tinham nenhuma autorização explícita para o fazer da sua sede em Maputo ou porque os VE ainda não tinham sido credenciados como observadores durante esta fase pré-eleitoral.

Não obstante, os VE estavam geralmente satisfeitos com a qualidade das preparações eleitorais e não observaram nenhum obstáculo relativo à sessão eleitoral ou qualquer conflito relacionado com as eleições. Os seus relatórios providenciaram informação útil para a subsequente organização e desenvolvimento da principal missão de observação. Vários comentários notáveis foram levantados.

Delimitação. A delimitação das fronteiras municipais foi uma questão de discordância em vários municípios. O *Carter Center* tentou verificar certas reivindicações sobre a alegada inclusão ou exclusão ilegal de certos bairros mas achou difícil chegar a qualquer conclusão sólida porque não havia nenhuma informação oficialmente confirmada e disponível sobre a delimitação. A política oficial confirmada ao *Center* era de que a delimitação de 1998 seria mantida, mas uma comparação básica do número de eleitores recenseados (1998-2003) indicia que a delimitação sofreu alterações em alguns municípios.

Recenseamento Eleitoral. Os comentários na actualização do recenseamento eleitoral eram geralmente positivos, embora tenha havido algumas reclamações sobre o recrutamento parcial de funcionários de recenseamento, alguma falta de material (como películas para os cartões de eleitor) até ao fim do período de recenseamento, meios de transporte inadequados e cobertura geográfica incompleta por parte do processo de recenseamento. Além disso, muitos cartões de eleitor não foram reclamados nos centros de recenseamento. Não foi expressa qualquer preocupação explícita de que os problemas citados com a actualização dos cadernos de recenseamento pudesse pôr em perigo o desenrolar das eleições.

Preparativos Eleitorais. Os VE mostraram-se de um modo geral optimistas uma vez que a preparação eleitoral estava em andamento e que todos os funcionários do STAE e materiais eleitorais estariam a seu devido tempo no local aguardando as eleições. Alguns inquiridos foram críticos em relação à introdução de representantes políticos em estruturas do STAE antes das eleições, reivindicando que esta acção poderia comprometer a neutralidade do STAE. Além disso, notou-se frequentemente que muitos funcionários do STAE tiveram pouca ou nenhuma experiência prévia e foram treinados inadequadamente. Membros da Renamo-UE tiveram a tendência para dizer que aqueles funcionários do STAE foram recrutados com base na lealdade ao partido e eram parcialmente a favor da Frelimo. No geral, os VE encontraram uma credibilidade crescente nas autoridades eleitorais, pelo menos em termos técnicos ou então no papel de representantes políticos na composição do STAE antes das eleições.

Nomeação dos Candidatos. Em vários municípios, os VE informaram que o procedimento de selecção de candidatos parecia desfrutar de legitimidade porque era considerado como "localmente conduzido" pelos respectivos membros da Frelimo e da Renamo-UE que apoiaram os candidatos por eleição interna. Esta percepção era diferente em outros municípios (por ex. Nampula) devido às reivindicações dos representantes dos partidos sobre interferências do nível central.

Tanto a Frelimo como a Renamo-UE apresentaram um elevado número de candidatos femininos nas suas listas para as assembleias municipais. Para as assembleias municipais de 1998-2003, 33% dos membros eram mulheres, em grande parte devido à política do partido da Frelimo que pede 30% de candidatos mulheres nas listas do partido.

Recursos para as Campanhas. Por contraste à impressão favorável nas preparações técnicas para as eleições, os VE ouviram reclamações generalizadas da ausência de oportunidades iguais entre os partidos políticos e grupos de cidadãos que participaram. Todos os partidos da oposição e vários outros grupos de cidadãos reportaram que não existiu uma igualdade de meios e afirmaram que a Frelimo, como partido no poder, tem consideráveis vantagens administrativas e financeiras. Os candidatos independentes e os grupos de cidadãos pareciam estar em maior desvantagem em termos de recursos e perfil público. Por exemplo na Beira foi dito aos VE que as eleições seriam uma competição directa entre a Frelimo e a Renamo-UE.

Os partidos políticos reportaram níveis diferentes de recursos para as suas campanhas. A Renamo-UE declarou que estava confiante principalmente nas campanhas de porta-a-porta enquanto que a Frelimo teve mais recursos para reuniões públicas maiores, cartazes de campanha e camisetes para os seus apoiantes. Música de rua e grupos de dança, assim como cartazes e camisetes, estavam entre as formas mais comuns de apoio ao partido no contacto com o público geral.

Os VE também informaram que os candidatos da oposição reclamavam sobre os meios de comunicação inadequados ou parciais (por exemplo a *TVM* ou o jornal *Noticias*) na cobertura das suas campanhas. Alguns funcionários de partidos na oposição também reclamavam a tendência da polícia a favor da Frelimo. Apesar destas reclamações, os candidatos da oposição estavam muito optimistas uma vez que desfrutavam de apoio popular e que apesar de tudo, ganhariam as eleições. Além disso, note-se que em contraste com as eleições municipais de 1998, muitos moçambicanos estavam entusiásticos pela ausência de um boicote do partido da oposição para estas eleições, fornecendo-lhes uma escolha de candidatos.

Educação Cívica. Alguns VE relataram um desapontamento expresso pela falta generalizada de educação cívica e entusiasmo popular pelas eleições municipais. As reclamações comuns eram de que houve falta de material no STAE, que a sua campanha tinha cobertura geográfica limitada e que, em alguns casos, eles tinham favorecido um candidato ou partido político. A campanha de educação cívica do STAE foi também ainda criticada por falta de visibilidade, e alguns inquiridos apontaram que o STAE apenas deveria coordenar a implementação da educação cívica pela sociedade civil. Noutros locais, como na Matola, os

inquiridos reconheceram os esforços do STAE e da FECIV, uma organização nacional não-governamental (ONG), na educação cívica. Nas campanhas protagonizadas pela FECIV, as pessoas recebiam material eleitoral e eram informadas sobre os seus direitos, o processo de descentralização e como os seus votos poderiam ajudar a melhorar as condições dos municípios. Apesar destas preocupações, os entrevistados estavam, de um modo geral, confiantes de que a participação eleitoral seria elevada.

Conflitos. Em geral, parece que os partidos políticos e os candidatos geriram as suas actividades políticas sem grande tensão política. Até mesmo onde os partidos se queixavam do comportamento dos outros candidatos ou partilhavam as suas percepções de favorecimento político, poucas reclamações formais parecem ter sido apresentadas, e estas disputas não escalaram em violência. Por exemplo, em Chokwe, a Renamo-UE reivindicou ter feito uma reclamação formal na qual os membros da Frelimo tinham privado os apoiantes da Renamo-UE dos seus cartões de eleitor. Embora não se saiba como este caso foi resolvido, não pareceu gerar o tipo de hostilidade ou violência que se teria receado em eleições anteriores. Na maioria dos locais foi relatado também que o STAE e a polícia coordenaram os seus esforços na preparação do dia das eleições.

Missão de Observação Eleitoral

Sessão Informativa aos Delegados

O *Center* organizou uma delegação de 15 observadores internacionais de 12 países. A delegação incluiu quatro VE, um oficial do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA), um do Instituto Eleitoral da África Austral (EISA) e um perito em apuramento paralelo. A delegação também incluiu pessoal do *Carter Center* e outros observadores eleitorais experientes.

A 16 de Novembro, os delegados tiveram um dia inteiro de sessões em que receberam orientações detalhadas sobre o contexto político, procedimentos eleitorais, metodologia de observação e logística. O director-geral do STAE, Sr. António Carrasco, providenciou uma sessão detalhada sobre o estado actual dos preparativos para as eleições. Os VE apresentaram as observações principais da sua avaliação pré-eleitoral em 25 municípios. O Sr. Jan Nico van Overbeeke do Instituto dos Países Baixos para a Democracia Multipartidária (NIMD) apresentou um resumo aos delegados dos partidos, às coligações e aos grupos de cidadãos que participam nas eleições. Houve ainda uma apresentação especial sobre a Recolha de Apuramentos Parciais (RAP) a ser organizada pelo Observatório Eleitoral com apoio técnico do *Center*.

Cobertura e Metodologia da Observação

Os delegados foram distribuídos em equipas de dois e partiram a 17 de Novembro para os seus respectivos destinos: Equipa 1 para Pemba e Montepuez, Equipa 2 para a Cidade de Nampula, Equipa 3 para Quelimane e Mocuba, Equipa 4 para Tete e Moatize, Equipa 5 para Manica e Chimoio e Equipa 6 para Beira e Dondo. Esta estratégia de mobilização baseou-se nas observações dos VE, nos níveis de competição antecipada e nos municípios onde a RAP teria lugar. Uma equipa de três delegados permaneceu em Maputo. Esta equipa também coordenou as actividades dos outros observadores e visitou o centro de operações da RAP.

Ainda a 17 de Novembro, o *Center* emitiu uma declaração do Presidente Jimmy Carter pedindo uma conduta pacífica durante o dia das eleições e durante o processo de contagem dos votos. O Presidente Carter realçou a dedicação e a preparação das autoridades eleitorais e apelou aos moçambicanos que “todos os eleitores elegíveis deveriam votar livremente, e confiantes no interesse da comunidade internacional que observa este processo”.

Uma vez nas suas áreas de mobilização, os observadores do *Carter Center* contactaram as autoridades eleitorais, os candidatos e partidos e outros observadores. Pretendia-se que com estes encontros a colheita de informações sobre o contexto local, observando as preparações finais durante o dia das eleições e alertando todos os parceiros sobre a presença de observadores internacionais.

Os observadores levaram quatro formulários de observação diferentes para o registo de informações pertinentes às várias fases do processo eleitoral (a abertura da mesa, o processo de votação, o encerramento e a contagem dos votos e um formulário de informação sumária).

Os delegados tiveram que assistir às preparações antes da abertura da mesa e assegurar que o espaço era acessível aos eleitores (por exemplo identificação clara das assembleias de voto, policia destacada a uma distância prescrita, ausência de propaganda nas proximidades), e que todos os materiais e oficiais estivessem presentes, as urnas estivessem vazias e devidamente seladas. Eles também tinham que registar a presença de candidatos ou agentes partidários e observadores nacionais. Finalmente, os observadores tinham que assistir a abertura da mesa às 7:00 da manhã e apontar qualquer razão que motivasse um atraso.

Durante o dia, os observadores dirigiram-se as várias assembleias de voto para observar o processo de votação, e registar informações sobre o ambiente, a frequência dentro da assembleia de voto (funcionários, observadores, agentes) e o processo de votação (desempenho dos funcionários, segredo do voto, elegibilidade, etc.). Os eleitores votaram duas vezes: para a presidência municipal e para a assembleia municipal.

Às 6:00 da tarde, os observadores presenciaram o encerramento de uma mesa de voto e a subsequente contagem dos votos. Foi dada particular atenção a todos os passos legais prescritos da contagem, o preenchimento dos editais e a redação das actas da assembleia de voto, e a posterior distribuição aos delegados dos candidatos e das listas.

Os observadores foram ainda motivados a continuar o processo de apuramento nas suas áreas de mobilização.

Relatórios dos Observadores

No dia da eleição, os observadores do *Carter Center* visitaram 60 locais de votação e 130 mesas de voto em 11 municípios das seis províncias e da Cidade de Maputo.

Durante a manhã e a tarde de 19 de Novembro, as equipas de observadores informaram que a votação decorreu ordeira, eficiente e pacífica, mas que a afluência de eleitores mostrou-se baixa. Nenhuma das equipas testemunhou incidentes que interrompessem a votação. Nos poucos casos isolados, algumas mesas de voto tiveram uma abertura tardia, mas estes parecem ter sidos resultado da incerteza sobre os procedimentos de abertura por parte dos funcionários eleitorais e não pela falta de quaisquer materiais ou tentativas de intimidação. Em todo o caso, não houve nenhuma informação de demora que pudesse ter influenciado negativamente a participação do eleitor.

Os candidatos e agentes partidários estiveram presentes em quase todas as assembleias de voto observadas. Os observadores locais estavam presentes em 75% dos casos mas, em média, eram menos visíveis em Nampula, Tete e Beira. Nenhum problema de segurança foi relatado, mas em 30% de todas as assembleias de voto observadas, a polícia esteve presente muito mais próxima do que os 300m previstos na lei. Este foi particularmente o caso em

Mocuba, uma cidade onde alguns incidentes eram receados devido á exclusão prematura, pela CNE, do candidato a presidente da Renamo-UE (esta decisão da CNE foi anulada pelo Conselho Constitucional dois dias antes das eleições).

O registo dos eleitores não pareceu causar problemas no dia da eleição. Os observadores notaram apenas um caso em que um eleitor parecia ter sido impedido, incorrectamente, de votar. Apesar do uso de múltiplos registos de recenseamento (de 1999 e da lista de 2003 actualizada) não havia relatórios de atrasos no processo de votação.

Nas cidades da Beira e Nampula, os observadores notaram que o posicionamento das cabines de voto eram inadequados para garantir o segredo de voto. O STAE normalmente instrui os funcionários para a colocação das cabines com a abertura virada para a mesa dos funcionários. Este posicionamento é vantajoso uma vez que os funcionários, os agentes partidários e os observadores podem conferir facilmente se alguém deixou propaganda na cabine de voto. Se colocada a uma distância razoável, este posicionamento da cabine não põe em perigo o segredo de voto. Mas, em 10 % dos casos, e novamente concentrado na Beira e Nampula, este posicionamento foi problemático pois os observadores conseguiam ver as preferências dos eleitores sem esforço.

Os funcionários eleitorais pareciam estar bem treinados e o número exigido de pessoal nas assembleias de voto estava presente na maioria dos casos. Os presidentes da mesa explicaram o processo de votação a cada eleitor, apresentando cada boletim de voto ao eleitor na presença dos observadores e dos agentes partidários.

No geral, os observadores do *Center* relataram um dia de eleição bem dirigido sem irregularidades sistemáticas que pudessem afectar o resultado da votação.

No entanto, várias equipas (Tete e Zambézia) encontraram problemas administrativos enquanto levavam a cabo os seus deveres de observação. Em Tete, a Presidente da Comissão Provincial de Eleições requereu a um observador do *Carter Center* para renunciar às suas credenciais uma vez que estas indicavam mobilização noutra província. Na Zambézia, Manica e Tete, o logótipo do *Carter Center* gerou reacções de alegada parcialidade devido à percepção de que a águia do *Center* se assemelhava ao logótipo (perdiz) do partido da Renamo-UE. Os observadores do *Center* foram aconselhados à remoção do logótipo onde tais percepções eram sentidas, e em todos os casos as nossas equipas cumpriram.

Sempre que possível, os observadores do *Center* acompanharam o apuramento intermédio a nível municipal. No decorrer dos dias 21 e 22 de Novembro, os observadores regressaram a Maputo para comunicar as suas observações. Os delegados ficaram impressionados pela organização tranquila do processo de votação e elogiaram os funcionários pelo seu desempenho e dedicação. Os observadores notaram que o procedimento de votação foi implementado muito lentamente enquanto os funcionários explicavam todos os passos com uma paciência admirável. Dada a baixa afluência dos eleitores, esta situação não causou nenhum problema, mas algumas equipas sentiram que poderia ter sido mais problemático no caso de uma participação mais elevada.

A 21 de Novembro foi emitida uma declaração preliminar. Na declaração, o *Center* felicitou as autoridades eleitorais e os oficiais pela conduta em todos os aspectos do processo de votação no dia da eleição. O *Center* também ficou satisfeito com a participação dos candidatos de nove partidos pequenos e seis grupos cívicos, além dos da Frelimo e da Renamo-UE. Porém, o *Center* expressou preocupação sobre a baixa afluência dos eleitores.

O *Center* não ficou satisfeito com a restrição da CNE à livre movimentação dos observadores credenciados e ao acesso desigual no processo de apuramento intermédio. A declaração realçou que "ambos os casos parecem violar os próprios regulamentos da CNE que, de modo correcto, concedem mobilidade e acesso livre a observadores eleitorais internacionais". A declaração indicou ainda que o *Carter Center* continuaria a observar o processo de apuramento intermédio e geral e quaisquer reclamações eleitorais que pudessem vir a ser apresentadas.

Observação Pós-eleitoral

Apuramento Intermédio e Geral

Após a contagem dos votos e da preparação dos editais em cada mesa de voto, os editais foram agrupados a um nível intermédio (cada município). As comissões eleitorais distritais administraram o apuramento intermédio nas vilas, da mesma forma que as comissões eleitorais da cidade fizeram nas cidades. No espaço de três dias, estas comissões tinham que publicar os resultados compilados de cada município. Esta é mais uma inovação introduzida na legislação das eleições municipais seguindo as exigências da oposição, que viu o apuramento intermédio como um controlo importante contra o apuramento nacional centralizado. Esta exigência foi o resultado directo das suspeitas e problemas associados com o processo de apuramento das eleições de 1999.

Enquanto as comissões locais procediam com o apuramento intermédio, a administração eleitoral era responsável pelo envio, por fax, de todos os editais à sede do STAE em Maputo, onde eram introduzidos no computador. O STAE também era responsável pelo transporte de todos os votos nulos e contestados para a sua revisão a nível central.

Durante a sessão de informação aos delegados a 16 de Novembro, o director-geral do STAE declarou que, naquele momento, a CNE ainda não tinha decidido qual a metodologia do apuramento intermédio a utilizar. No dia seguinte foi tomada uma decisão que basicamente satisfazia a exigência da Renamo-EU que o apuramento intermédio devia ser completado manualmente (por exemplo com calculadoras, mas não com computadores).

As comissões distritais e das cidades devem só ter, por isso, recebido as instruções de como organizar a apuramento intermédio no dia anterior às eleições. Esta tardia tomada de decisão pode ser em parte responsável por alguns dos erros que ocorreram durante o apuramento intermédio e nos editais municipais. Certamente não houve tempo para formação ou exercícios de simulação.

Acesso Desigual aos Observadores no Apuramento Intermédio. Existiu também confusão sobre o papel dos observadores e dos agentes partidários. Nalguns casos a presença de membros da comissão e/ou agentes dos dois partidos principais foi considerada suficiente para garantir um apuramento transparente (Montepuez). Em Tete, por exemplo, foi permitido apenas aos observadores nacionais e não aos internacionais observar o apuramento intermédio. Noutros casos, foi permitido aos observadores do *Center* e outros observar livremente todos os aspectos do apuramento intermédio.

A maioria dos municípios mais pequenos conseguiu publicar os resultados intermédios dentro do prazo legal. Os municípios maiores e/ou os municípios onde ocorreram irregularidades precisaram de mais tempo. Por exemplo, na Beira, um técnico designado pela Frelimo foi encontrado a adulterar os resultados a favor do seu partido, e os editais de 10 assembleias de voto também desapareceram. O *Carter Center* manteve um observador na Beira até uma missão da CNE ter sido enviada para quebrar o impasse.

Também não existia nenhum procedimento claro de conhecimento público em como o apuramento geral a nível nacional seria organizado. A lei diz que a CNE deve confirmar a existência legal de todos os resultados das mesas das assembleias de voto usados para o apuramento intermédio. Se houver dúvida sobre a existência de uma assembleia de voto, a CNE deverá investigar e, no caso de irregularidade, o relativo resultado deverá ser anulado (art. 100º da lei 19/2002). A CNE também deverá decidir sobre os votos nulos e contestados e, se necessário, corrigir o resultado intermédio (art. 102º). A CNE deveria verificar o número de eleitores recenseados, o número de votantes e as abstenções em cada município, o número total de votos para cada lista, os votos em branco e os votos nulos, a distribuição de mandatos entre as listas e determinar os candidatos que foram eleitos em cada lista (art. 103º).

Erros e Resultados Atrasados. De acordo com o art. 105º da mesma lei, a CNE deveria dar a conhecer ao publico o seu apuramento geral dos resultados e enviar ao Conselho Constitucional no prazo de cinco dias. No dia 4 de Dezembro, a CNE anunciou os resultados publicamente (15 dias depois da votação).

Na hora do anúncio da CNE nenhuma cópia dos editais foi distribuída. Porém, uma análise da distribuição dos lugares na assembleia municipal dos partidos vencedores e candidatos anunciado publicamente pela CNE revelou erros. Isto foi confirmado por um relatório publicado no jornal *Noticias* a 8 de Dezembro. Não houve nenhuma comunicação pública oficial da CNE para explicar os enganos, mas o jornal mencionou que, erroneamente, um limite de 5% de votos foi aplicado, como é o caso em eleições legislativas. O relatório da CNE sobre a distribuição dos lugares revelou mudanças na distribuição destes em 12 municípios.

No dia 8 de Dezembro, a CNE afixou os resultados na porta do escritório da CNE e enviou-os ao Conselho Constitucional. Os resultados afixados eram difíceis de analisar compreensivelmente, mas ficou claro com base numa inspecção visual que os editais ainda continham erros de cálculo. O *Center* recebeu uma cópia dos documentos afixados no dia 12 de Dezembro.

O *Carter Center* encontrou 25 erros subsequentes nos editais para as eleições presidenciais (municipais) e 24 erros nos editais para as eleições das assembleias municipais. A maior parte dos erros estava relacionada com o número de eleitores inscritos (afectando 17 resultados da presidências municipais e 20 das assembleias municipais). Mesmo se estes erros fossem feitos originalmente durante a apuramento intermédio, o art. 103º da lei eleitoral é clara sobre a obrigação da CNE em verificar os dados recebidos. O *Carter Center* não recebeu nenhuma explicação da CNE sobre os erros, alterações e inconsistências nos resultados.

O Conselho Constitucional é uma instituição nova, estabelecida a menos de um mês antes das segundas eleições municipais. No domínio das eleições, tem o mandato para verificar os requisitos legais para os candidatos das eleições presidenciais, é a última instituição de recurso para reclamações e tem que validar e anunciar os resultados de eleições.

De acordo com sua deliberação 16/CC/04, o Conselho Constitucional recebeu, primeiro, os resultados da CNE no dia 8 de Dezembro. O CC apontou vários erros e omissões e instruiu a CNE para corrigir e completar os resultados. A CNE devolveu a sua resposta ao conselho no dia 18 de Dezembro. Cinco dias depois, os mandatários das listas e dos candidatos também receberam uma cópia desses resultados como requerido pelo art. 106º da lei 19/2002.

O Conselho Constitucional encontrou-se com a CNE e o STAE em 8 de Janeiro de 2004, "para tirar dúvidas, clarificar alguns erros, coordenar os aspectos práticos e preparar os documentos exigidos para a validação e proclamação dos resultados." Os resultados finais foram aprovados internamente a 14 de Janeiro e anunciados publicamente no dia seguinte.

Na sua deliberação, o conselho criticou a CNE pelos enganos, mas em particular pelas mudanças dos número de mandatos introduzido depois das eleições. O CC considerou isto de "irregularidade grave". Na sua avaliação do processo eleitoral, o CC também demonstrou-se compreensível pelas dificuldades práticas impostas à CNE pelos prazos do calendário eleitoral e notou que alguns são simplesmente irrealistas e contraditórios.

Perguntas sobre os eleitores recenseados. Além do que se pode considerar como erros aritméticos, os editais indicaram também alterações consideráveis no número de eleitores recenseados comparativamente aos números publicados pela CNE no dia 20 de Agosto de 2003. Isto resultou na decisão da CNE de ajustar o número de mandatos em várias instâncias após as eleições.

A tabela seguinte indica a diferença entre os eleitores recenseados, publicada no dia 20 de Agosto, e os números revistos anunciados pela CC e CNE a 15 de Janeiro de 2004:

	Eleitores Inscritos		
Autarquia	**20 de Agosto 2003**	**15 de Janeiro 2004**	**Differença**
Maputo	543,570	605,529	61,959
Matola	234,324	263,200	28,876
Manhiça	22,669	26,590	3,921
Xai-Xai	55,067	55,067	
Chibuto	28,178	31,336	3,158
Chokwe	26,646	35,123	8,477
Manjacaze	10,002	7,679	- 2,323
Inhambane	27,779	30,672	2,893
Maxixe	47,043	50,214	3,171
Vilanculo	14,243	16,370	2,127
Beira	226,911	215,326	- 11,585
Dondo	33,958	38,635	4,677
Marromeu	25,791	17,104	- 8,687

Chimoio	91,720	104,352	12,632
Manica	12,460	14,635	2,175
Catandica	7,715	8,800	1,085
Tete	57,888	65,752	7,864
Moatize	15,085	16,975	1,890
Quelimane	89,845	89,845	-
Mocuba	31,250	35,759	4,509
Gurue	22,445	23,451	1,006
Milange	10,748	11,930	1,182
Nampula	192,568	195,150	2,582
Angoche	44,242	44,242	-
Ilha	27,049	32,992	5,943
Monapo	33,548	30,409	- 3,139
Nacala Porto	84,649	96,585	11,936
Pemba	54,115	57,252	3,137
Montepuez	28,674	33,197	4,523
Moçimboa da Praia	16,579	16,579	-
Lichinga	47,056	54,405	7,349
Cuamba	40,238	41,588	1,350
Metangula	4,837	5,278	441
Total	**2,208,892**	**2,372,021**	**163,129**

O número total de eleitores inscritos de Janeiro de 2004 é de 163129 (ou 7,4%) eleitores mais elevado do que o publicado em Agosto de 2003. É compreensível que os resultados preliminares da actualização do recenseamento eleitoral (números publicados em Agosto) pudesse alterar uma vez que a lei do recenseamento permite 30 dias para a CNE publicar os números finais no Boletim de República (art. 38º de lei 18/2002). No entanto, isto nunca aconteceu. As discrepâncias existentes só podem ser explicadas pelo facto do recenseamento de 2003 e os cadernos de recenseamento de 1999 não terem sido reconciliados. Sendo assim, os registos de 2003 ainda contêm os eleitores transferidos e as segundas emissões dos cartões de eleitor. De um modo geral, estes eleitores provavelmente aparecem duas vezes nas bases de dados actuais. Novamente, as discrepâncias não são consistentes e indicam que alguns dos números podem ser efectivamente diferentes do número de eleitores presente nos cadernos.

O Conselho Constitucional refere-se, indirectamente, a este problema no seu parecer de 14 de Janeiro de 2004, insistindo para que no futuro deve ser usado apenas um caderno eleitoral. Isto coincide com as observações do *Carter Center* sobre este assunto na sua declaração de 21 de Novembro (ver Apêndice).

Informatização dos Cadernos de Recenseamento

A informatização dos cadernos de recenseamento é uma história que começa em 1998 quando o projecto do PNUD para apoio às primeiras eleições autárquicas teve isso como objectivo. Foram conduzidas longas discussões técnicas sobre se os cadernos de recenseamento deveriam ser introduzidos manualmente ou se os formulários de inscrição de 1994 e 1997 poderiam ser digitalizados.

O lançamento manual de dados começou finalmente, mas foi interrompida quando surgiu um acordo político para fazer um novo recenseamento elitoral em consequência dos protestos da Renamo-UE sobre os cadernos de recenseamento existentes.

Os doadores negociaram, com o governo e as autoridades eleitorais que um novo recenseamento seria financiado se fosse feito de tal modo que pudesse ser informatizado de maneira a permitir a actualização permanente em futuras eleições. A CNE aprovou relutantemente a adição de um formulário de leitura óptica na inscrição manual para que posteriormente permitisse uma digitalização fácil e rápida. O plano original previa a sua execução em apenas alguns meses. Na realidade, a STAE demorou quase cinco anos para completar e verificar as entradas do registo de 1999. Apesar da disponibilidade de digitalizadores de alta tecnologia, a maior parte do trabalho teve que ser feita manualmente. As eleições de Novembro demonstraram que o registo de 1999 ainda não está efectivamente completo (como por exemplo, um membro da CNE que não foi encontrado num registo de Maputo) e requer ainda correcção adicional.

Dois passos, inicialmente previstos, não foram tomados depois de 1999. Previu-se que os formulários de inscrição seriam digitalizados em cada província (leitura OCR). A base de dados resultante seria depois usada para verificar e corrigir a base de dados da OMR central. Isto nunca aconteceu embora o equipamento necessário estivesse disponível. Outro passo essencial era a mudança da plataforma "MS Access" para uma plataforma "Oracle". A primeira só permite um número limitado de entradas, e por isso o sistema existente está baseado em bases de dados separadas por distrito, o que complica a administração da base de dados no caso de transferência de eleitores. Uma plataforma "Oracle" permitiria uma única e completa base de dados.

Acesso Inadequado ao Apuramento Geral. Os observadores do *Center* também tiveram acesso inadequado ao processo de apuramento geral. Apesar do *Center* ter tido acesso a um computador da CNE que mostrava os editais processadas a nível nacional, este encontrava-se fisicamente fora da sala onde as operações actuais do apuramento eram executadas, e assim não existiam meios para verificar a exactidão dos dados exibidos no computador do observador. A observação da reclassificação dos votos nulos e dos votos contestados não foi permitido porque foi considerada uma sessão da CNE, e estas são, como foi dito ao *Carter Center*, não abertas ao público.

Por isso, não foi possível observar o processo de apuramento de uma forma satisfatória.

Reclamações e Recursos

Na sua deliberação 71/2003, a CNE respondeu a 18 reclamações relacionadas com 14 municípios (Angoche, Beira, Chimoio, Cuamba, Ilha, Manica, Maputo, Marromeu, Moçimboa da Praia, Mocuba, Monapo, Montepuez, Nampula, Quelimane). Todas as reclamações foram rejeitadas.

Duas listas de cidadãos, Unidos pela Ilha da Ilha de Moçambique e o Grupo Independente de Desenvolvimento de Angoche em Angoche, reclamaram que o símbolo da sua lista não apareceu nos boletins de voto para as respectivas assembleias municipais o que afectou os seus resultados e por isso, a votação deveria ser anulada. A CNE opôs-se argumentando que os seus candidatos presidenciais tinham as suas fotografias nos boletins de voto, não resultando daí mais votos do que os obtidos nas eleições para a assembleia. Consequentemente, a ausência do símbolo não afectou o resultado.

Nos três casos, a Renamo-UE submeteu uma reclamação relacionada com os cadernos de recenseamento (Nampula, Moçimboa da Praia e Montepuez). Em todos os casos a CNE rejeitou estas reclamações como extemporânea, quer dizer relacionadas com o recenseamento e não com a votação. Para Monapo e Marromeu, a principal coligação da oposição reivindicou que os votos nulos não eram devidamente reclassificados. A CNE simplesmente nega isso.

Na Beira e Chimoio, a Renamo-UE fez a acusação de que haviam irregularidades no processo de apuramento intermédio (como referido acima). Na Beira, a CNE decidiu que os acontecimentos não tiveram nenhum efeito significante no resultado e que em Chimoio, a Renamo-UE não apresentou nenhuma prova.

Em Cuamba, a Renamo-UE reivindicou intimidação policial, mas novamente a CNE concluiu que não havia nenhuma prova concreta. Em Manica, a mesma coligação reclamou que foi negado acesso ao apuramento intermédio a todos os seus delegados. A CNE respondeu que só existiram dois casos onde isto tinha acontecido e estes foram imediatamente resolvidos por uma directa intervenção da CNE.

Em Maputo, a Renamo-UE pediu a anulação da votação porque quatro eleitores votaram sem estarem recenseados, mas a CNE respondeu que esta reclamação não foi apresentada na mesa de voto e deste modo era nula. Pensou-se que o apuramento intermédio tinha erros em Quelimane, mas a CNE argumentou que a Renamo-UE baseou a reclamação no seu próprio erro aritmético.

Em Mocuba, a CNE excluiu o candidato da Renamo-UE no seguimento de uma reclamação da Frelimo no processo de candidatura. O candidato apelou ao Conselho Constitucional que indeferiu a decisão da CNE a 17 de Novembro, apenas dois dias antes das eleições. A Renamo-UE pediu, então, um adiamento das eleições em Mocuba porque o candidato deles não teve direito a concorrer. A CNE recusou este pedido, e as eleições foram adiante a 19 de Novembro. Uma vez mais, a Renamo-UE recorreu desta decisão.

Além da frustração por causa da rejeição das suas reclamações, os membros designados pela Renamo-UE na CNE discordaram também pela forma como o apuramento geral foi administrado. Eles reclamaram que a CNE delegou, ilegalmente, esta responsabilidade à STAE e que não foi feita nenhuma confrontação entre os editais e as mesas. De acordo com o art. 100º, a CNE tem o dever de verificar se todos os editais provêm de mesas de voto legais e existentes. A coligação apelou ao Conselho Constitucional reclamando que esta verificação não foi feita de uma forma satisfatória.

A disputa sobre o art. 100º resultou no abandono da CNE por parte dos membros da Renamo-UE na tarde de 3 de Dezembro. Eles também boicotaram o anúncio público de resultados no dia 4 de Dezembro, retornando à CNE no dia seguinte.

Na deliberação de 16/CC/04, o Conselho Constitucional rejeitou todos os recursos submetidos pela Renamo-UE e pela Frelimo. O CC tratou de todos os recursos antes de validar os resultados. O último recurso que entrou no CC foi no dia 31 de Dezembro. Os recursos submetidos pelos partidos PAMOMO e PIMO não foram considerados porque foram entregues fora do prazo legal.

O Conselho Constitucional também realçou na sua deliberação que os protestos e apelos não foram devidamente e atempadamente resolvidos.

Resultados Eleitorais

A Frelimo ganhou 28 eleições para as presidências municipais e ganhou 29 maiorias absolutas nas assembleias municipais. A Frelimo consolidou, assim, a sua forte posição maioritária nos municípios, ganhando eleições em muitas das áreas que tinham votado na Renamo-UE nas eleições gerais de 1999.

No entanto, a Renamo-UE ganhou cinco eleições para a presidência municipal e a maioria de lugares em quatro assembleias municipais. Desta forma, a Renamo-UE terá, pela primeira vez, o poder executivo formal em Moçambique nos seguintes municípios: Nacala-Porto, Ilha de Moçambique, Angoche, Beira e Marromeu. Três destes municípios são na província de Nampula e dois em Sofala.

No município de Marromeu, o presidente da Renamo-UE terá que partilhar o poder com uma maioria da Frelimo na assembleia municipal. Os outros partidos e grupos de cidadãos só ganharam um total de 13 mandatos em todos os municípios.

A tabela seguinte mostra a distribuição final de mandatos nas assembleias municipais:

Autarquia	Listas	Mandatos
Pemba	Frelimo	21
	Renamo-UE	10
Montepuez	Frelimo	14
	Renamo-UE	3
Moçimboa da Praia	Frelimo	7
	Renamo-UE	6
Lichinga	Frelimo	21
	Renamo-UE	10
Cuamba	Frelimo	20
	Renamo-UE	10
	PIMO	1
Metangula	Frelimo	12
	Renamo-UE	1
Nampula	Frelimo	24
	Renamo-UE	19
	PIMO	1
Nacala Porto	Frelimo	15
	Renamo-UE	23
	OCINA	1
Ilha de Moçambique	Frelimo	6
	Renamo-UE	10
	UPI	1
Monapo	Frelimo	9
	Renamo-UE	8
Angoche	Frelimo	13
	Renamo-UE	17
	PIMO	1
Quelimane	Frelimo	21
	Renamo-UE	18
Mocuba	Frelimo	16
	Renamo-UE	5
Milange	Frelimo	10
	Renamo-UE	3
Gurué	Frelimo	12
	Renamo-UE	4
	UM	1

Autarquia	Listas	Mandatos
Tete	Frelimo	23
	Renamo-UE	8
Moatize	Frelimo	10
	Renamo-UE	3
Chimoio	Frelimo	24
	Renamo-UE	15
Manica	Frelimo	11
	Renamo-UE	2
Catandica	Frelimo	11
	Renamo-UE	2
Beira	Frelimo	19
	Renamo-UE	25
	IPADE	1
Dondo	Frelimo	13
	Renamo-UE	7
	IPADE	1
Marromeu	Frelimo	7
	Renamo-UE	6
Inhambane	Frelimo	15
	Renamo-UE	2
Maxixe	Frelimo	27
	Renamo-UE	4
Vilankulo	Frelimo	12
	Renamo-UE	1
Xai-Xai	Frelimo	30
	Renamo-UE	1
Chokwé	Frelimo	17
Chibuto	Frelimo	16
	Renamo-UE	1
Mandlakazi	Frelimo	13
Manhiça	Frelimo	16
	Renamo-UE	1
Matola	Frelimo	41
	Renamo-UE	5
Maputo	Frelimo	48
	Renamo-UE	8
	JPC	5

Os vencedores das eleições para a presidência municipal são:

Autarquia	Presidente eleito	Partido	%
Pemba	Agostinho N'tauali	Frelimo	66.86
Montepuez	Rafael Manuel Correia	Frelimo	79.80
Moçimboa da Praia	Camissa Adamo Abdala	Frelimo	51.07
Lichinga	Cristiano Paulo Taimo	Frelimo	69.02
Cuamba	Teodósio Simão Uatata	Frelimo	61.87
Metangula	Nafe Achimo	Frelimo	88.96
Nampula	Castro Armindo Safins Namuaca	Frelimo	57.09
Nacala Porto	Manuel José Dos Santos	Renamo-UE	57.00
Ilha de Moçambique	Gulamo Mamudo	Renamo-UE	53.16
Monapo	Daniel Hermínio Bento	Frelimo	50.75
Angoche	Alberto Omar Assane	Renamo-UE	52.60
Quelimane	Pio Augusto Matos	Frelimo	52.56
Mocuba	Rogério Francisco dos Santos Gaspar	Frelimo	75.28
Milange	Loborino Alamane	Frelimo	73.68
Gurue	João Bernardo	Frelimo	72.69
Tete	César de Carvalho	Frelimo	75.08
Moatize	Cassiano Marcelino	Frelimo	73.66
Chimoio	Alberto Manuel Sarande	Frelimo	60.21
Manica	Moguene Materisso Candieiro	Frelimo	80.94
Catandica	Eusébio Lambo Gondiwa	Frelimo	78.83
Beira	Davis Mbepo Simango	Renamo-UE	53.43
Dondo	Manuel Cambezo	Frelimo	61.61
Marromeu	João Germano Agostinho	Renamo-UE	50.01
Inhambane	Lourenço António da Silva Macul	Frelimo	83.37
Maxixe	Narciso Pedro	Frelimo	87.94
Vilankulo	Sulemane Esep Amugy	Frelimo	89.12
Xai Xai	Ernesto Filipe Mausse	Frelimo	95.43
Chokwe	Jorge Samuel Macuacua	Frelimo	95.92
Chibuto	Francisco Chichongué	Frelimo	94.09
Mandlakazi	Casimiro Mondlane	Frelimo	75.80
Manhiça	Alberto Fafetine Chicuamba	Frelimo	86.58
Matola	Carlos Almerindo Filipe Tembe	Frelimo	88.46
Maputo	Eneas da Conceição Comiche	Frelimo	75.15

Baixa Afluência de Eleitores. A taxa de participação publicada pelo Conselho Constitucional é de 24,16%. A afluência real é provavelmente ligeiramente mais elevada (uma vez que os números do CC são calculados com base em registos de recenseamento geralmente inflacionados). Enquanto que a participação dos eleitores duplicou em comparação com as primeiras eleições autárquicas de 1998, ainda permanece a um nível desapontante. Considerando que cerca de 80% dos potenciais eleitores estão recenseados, pode-se concluir que apenas um cidadão em cinco participou nas eleições locais de 2003.

Muitos dos argumentos que foram usados para explicar a baixa afluência dos eleitores em 1998 não podem ser aplicados às eleições de 2003, uma vez que não houve um boicote da oposição, os governos municipais tiveram cinco anos para provar o seu valor, e assim por diante. Será importante encontrar as razões para a abstenção dos eleitores nas eleições de 2003, uma vez que tanto podem representar uma forma de protesto como até de desinteresse por parte do cidadão. Independentemente das razões, as eleições locais de Moçambique parecem partilhar esta tendência preocupante com outras democracias emergentes.

Recolha de Apuramentos Parciais (RAP)

O apuramento paralelo de voto é uma técnica de observação eleitoral quantitativa que permite aos observadores independentes monitorizar e registar os resultados eleitorais, quer com base numa amostra aleatória ou se possível, num apuramento total. Se implementada de uma forma credível, uma RAP pode projectar resultados rapidamente e oferecer uma base de comparação com os resultados oficiais. O objectivo principal de uma RAP é verificar a precisão dos resultados oficiais e assim aumentar a confiança no processo e a provável aceitação dos resultados legítimos por parte de todos os candidatos e listas.

Antes das eleições gerais de 1999, o *Carter Center* explorou a viabilidade de administrar uma RAP com observadores eleitorais locais. Infelizmente, a questão foi politizada e foi dito ao *Center*, pela CNE, que a "lei moçambicana não previa uma RAP, e por isso, a CNE estaria a agir contra a lei ao permitir isto". Porém, derivado ao processo de apuramento altamente contestado das eleições gerais de 1999 e os conflitos daí resultandos, vários intervenientes locais reconheceram subsequentemente o potencial valor de uma RAP.

O *Carter Center* discutiu o assunto com a CNE, baseado nesta expressão de interesse por parte dos observadores locais no princípio de 2003, e não recebeu nenhuma objecção às técnicas de observação que poderiam aumentar a transparência das eleições de Moçambique. O Observatório Eleitoral (OE), uma parceria recentemente estabelecido composta pela Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Democracia (AMODE), o Centro de Estudos para a Democracia e Desenvolvimento (CEDE), o Conselho Cristão de Moçambique (CCM) e o Conselho Islâmico de Moçambique (CIM), serviu como anfitrião organizacional para a condução de uma RAP em vários municípios.

Foi traçado um plano para levar a cabo uma RAP em 10 municípios: três baseadas em amostras aleatórias de resultados eleitorais e sete compreensivas. Este plano envolveu a mobilização imediata de 10 coordenadores municipais e 450 observadores nacionais, um desafio que só pôde ser realizado graças às interligações eficientes das organizações participantes.

O *Carter Center* ajudou o Observatório Eleitoral nas seguintes actividades:

- Identificação e contratação de consultores nacionais especializados em programação de base de dados, análise estatística e eleições;
- Providência de um consultor internacional;
- Estabelecimento do escritório da RAP e a providência de apoio logístico;
- Treino de coordenadores municipais.

Embora a RAP tenha sido realizada a contra-relógio, os resultados do exercício foram tecnicamente satisfatórios e proporcionaram para as organizações participantes e para o público em geral uma verificação independente que confirmou os resultados oficiais como anunciado pela CNE. Para o *Carter Center*, o provimento de assistência técnica para a realização de uma RAP marcou um importante passo na construção da capacidade

moçambicana para a utilização desta técnica de observação e ajudou a promover a confiança no resultado das eleições.

O *Center* espera que esta experiência positiva seja repetida nas eleições gerais de 2004 na realização de uma RAP nacional.

Conclusões e Recomendações

O Center elogia a CNE e o STAE pelos preparativos gerais das segundas eleições municipais democráticas de Moçambique. Este é um factor importante para o aumento da confiança de todos os cidadãos e partidos na preparação das eleições gerais para 2004.

Além disso, o Conselho Constitucional, uma nova instituição, estabeleceu a sua autoridade e confirmou a sua credibilidade em muito pouco tempo. Isto foi claramente sublinhado pela aceitação geral das suas decisões sobre os recursos e os resultados finais. O Center considera isto como uma contribuição positiva para o processo eleitoral.

O Center tem duas preocupações principais face às eleições gerais: Os **cadernos eleitorais** e **o apuramento**.

A correcção dos **cadernos eleitorais** precisa de ser continuada, completada e integrada. O Center considera este factor como essencial a fim de evitar controvérsias durante a preparação das próximas eleições gerais. Se os problemas existentes não forem solucionados oportunamente, os cadernos eleitorais, depois da próxima actualização, poderão ser inflacionados artificialmente até os 10% (cerca de 1 milhão de eleitores). O Center está convencido que estes problemas podem ser resolvidos baseando-se no registo existente (o exercício de um novo registo destruiria o lento e difícil progresso dos últimos anos) mas está preocupado pelo tempo que o STAE exige para o fazer de um modo credível e transparente. As recomendações específicas incluem:

- Os registos de 1999 e 2003 precisam de ser conciliados para anular as entradas duplas; isto terá de acontecer sob a pressão de tempo para a próxima actualização.
- O registo informátizado existente terá de ser, no máximo possível, ainda mais corrigido e completado. Isso poderia ser atingido por verificação a nível provincial das fichas de inscrição. Mas um exercício destes requer acção imediata e massiva. Outra possibilidade é conduzir a verificação através das brigadas de registo chamando todos os eleitores para irem confirmar o seu registo. Isto poderia ser feito em colaboração com os partidos que têm todo o interesse em mobilizar o eleitorado.
- As bases de dados existentes que estão dispersas precisam ser integradas numa única base de dados. O STAE já adquiriu a tecnologia necessária e a capacidade para esta transformação e não deveria, pois atrasá-la mais.

O **apuramento** foi problemática e controversa pela terceira vez consecutiva (eleições municipais em 1998 e 2003, eleições nacionais em 1999). Isto pode indicar uma fraqueza estrutural que requer toda a atenção e, se necessário, apoio especifico. Desta vez, nenhum resultado foi disputado e o Center acolhe com agrado a aceitação universal dos resultados publicados pelo Conselho Constitucional. No entanto o facto dos resultados não terem sido contestados não exime a necessidade de se produzirem editais correctos. Para a credibilidade do processo de apuramento e das autoridades eleitorais é crucial que se obtenham os números correctos. A CNE tem que assegurar que todos os oficiais eleitorais sejam bem treinados no

processo de apuramento com base em regulamentos estabelecidos, claros, oportunos e aceitáveis por todos os partidos.

O processo de apuramento continua ainda a sofrer de um défice de transparência, pela não existência de condições satisfatórias para a observação adequada do processo ou verificação dos dados. O Center recomenda por isso que as autoridades eleitorais facilitem uma observação completa do apuramento. O que significa que todos os níveis de apuramento (desde as assembleias de voto à CNE), todos os passos no processo (transporte e manuseamento de todos os documentos importantes), todos os documentos relevantes (editais, actas, votos nulos, deliberações da CNE, etc.) e todo o software e hardware envolvido (equipamento informático, programa de contagem, etc.) deve ser acessível à observação.

O processo eleitoral em geral e o apuramento em particular transformaram-se gradualmente em assuntos controlados pelos dois partidos políticos principais em Moçambique. Para a consolidação da democracia, é essencial que esta tendência seja invertida: as eleições são de importância primária para todos os eleitores e políticos, e não só para alguns políticos seleccionados, por mais dominantes e importantes que eles possam ser. A CNE pode dar uma importante contribuição a esta inversão, através da maior inclusão, permitindo a outros partidos e a observadores independentes o total acesso a todos os aspectos do apuramento.

O **anúncio de resultados credíveis** deve ser feito atempadamente e a lei eleitoral que governa a CNE, deveria permitir à CNE o tempo suficiente para a realização das suas funções de forma correcta.

Outros aspectos do processo eleitoral em Moçambique que requerem atenção específica são:

1) Antes das próximas eleições municipais, deveriam ser amplamente publicadas informações oficiais detalhadas sobre a delimitação de cada município.
2) As autoridades eleitorais e as organizações da sociedade civil deveriam colaborar para assegurar um máximo sucesso e cobertura das campanhas de educação cívica.
3) Os jornalistas deveriam receber formação adicional em aspectos do processo eleitoral, mudanças na legislação eleitoral, e como fazer uma melhor cobertura das campanhas eleitorais, sem expor preferências políticas.
4) Todos os partidos políticos deveriam assegurar que a democracia interna dos partidos prevalece na selecção de candidatos para as listas do partido. Um esforço particular para assegurar a participação de mulheres e jovens, como é o caso da Frelimo, deveria ser empreendido por todos os partidos.
5) As autoridades eleitorais e os partidos políticos deveriam trabalhar em conjunto para produzir um código de conduta para os partidos políticos e os seus apoiantes, para assegurar uma campanha de eleição pacífica e tolerante em 2004.
6) Embora a representação politico-partidária, tanto na estrutura da CNE como na do STAE, se manterá provavelmente para as eleições de 2004, ambos os órgãos deveriam criar mecanismos para reassegurar aos moçambicanos que estão a agir de um modo credível, imparcial e transparente. O Center acolhe com agrado a selecção do presidente da CNE, Reverendo Arão Litsure, pela sociedade civil, mas o Center

também reitera a sua recomendação que a longo prazo, seja dada consideração para reduzir o tamanho da CNE e limitar o papel dos partidos políticos.

7) O Center apela a todos os moçambicanos para reflectirem sobre a baixa participação de eleitores nas eleições municipais de 2003 e identificar os meios e mecanismos para inverter esta tendência.
8) Como declarado pelo Conselho Constitucional, os prazos para a publicação dos resultados nacionais oficiais devem ser revistos para assegurar que a CNE tenha recursos suficientes para o anúncio atempado dos resultados finais.
9) Para as eleições de 2004, a CNE deveria comprometer-se a um diálogo claro e estruturado, com observadores internacionais e domésticos, para assegurar melhor mobilidade geográfica e acesso dos observadores eleitorais a todos os aspectos do processo eleitoral, inclusive o apuramento intermediário e geral.

O Center recebeu com agrado o convite para observar as eleições municipais de 2003 e terá todo o prazer de se juntar uma vez mais aos moçambicanos para as eleições presidenciais e legislativas de 2004. É neste espírito que este relatório sobre a sua observação é tornado público.

Anexos

Comunicado de Imprensa de 30 de Outubro
Declaração do Presidente Carter a 17 de Novembro
Lista das Equipas de Observação
Formulários de Observação
Declaração do *Carter Center* do 21 de Novembro
Declaração do *Carter Center* do 20 de Janeiro
The Carter Center – Breve Apresentação

NEWS
THE CARTER CENTER
ONE COPENHILL, ATLANTA, GA 30307

SEM EMBARGO
Quinta-feira, 31 de Outubro de 2003

CONTACTO: Marc de Tollenaere
Em Moçambique, 258-82-31-18-81

Kay Torrance
Em Atlanta, 404-420-5129

O CARTER CENTER VAI OBSERVAR AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 19 DE NOVEMBRO EM MOÇAMBIQUE

ATLANTA… .O Carter Center abriu um escritório esta semana em Maputo para facilitar a observação das eleições autárquicas do 19 de Novembro em Moçambique, como parte de um projecto mais abrangente de apoio eleitoral que conduzirá à observação das eleições nacionais de 2004.

"As eleições autárquicas de 2003 em Moçambique oferecem uma oportunidade importante para os eleitores expressarem as suas preferências pela democracia e desenvolvimento", disse o Dr. David Pottie, assessor sênior do Programa de Democracia do Carter Center. "Se estas eleições forem justas, transparentes e democráticas, Moçambique terá demonstrado o seu compromisso com uma democratização sustentável e pacífica".

O projecto também vai prestar apoio à sociedade civil moçambicana nos seus esforços para ter uma voz no processo eleitoral e vai incluir uma missão de 30 observadores para as eleições gerais de 2004. O projecto foi formulado em resposta a um convite da Comissão Nacional de Eleições e na sequência de missões preparatórias em Março e Outubro de 2003, durante as quais as autoridades eleitorais, os partidos políticos e as organizações de observadores nacionais se mostraram satisfeitos com a presença do Carter Center. O Carter Center também observou as eleições gerais de 1999 e continuou envolvido em Moçambique através da Iniciativa de Desenvolvimento Global que apoiou a iniciativa nacional de edificação de consensos, conhecida como Agenda 2025.

"Espero que as importantes reformas eleitorais levadas a cabo recentemente resolvam as suspeitas políticas que surgiram em consequência dos problemas técnicos e da falta de

transparência no apuramento final dos resultados das eleições nacionais de 1999", disse David Carroll, o director interino do Programa de Democracia do Carter Center.

Marc De Tollenaere, director do escritório do Carter Center em Moçambique, supervisará a observação das eleições por parte do Carter Center em Moçambique, incluindo a distribuição de 10 observadores por várias zonas do país e a coordenação com observadores nacionais e internacionais.

O Carter Center publicará declarações periódicas com as suas observações e recomendações. As declarações podem ser lidas na página de Internet do Carter Center, através do endereço www.cartercenter.org.

* * *

O Carter Center foi fundado em 1982 pelo anterior Presidente norte-americano, Jimmy Carter, e a sua esposa, Rosalynn, em sociedade com a Universidade de Emory, para promover a paz e a saúde a nível mundial. Como organização sem fins lucrativos e não-governamental, o Carter Center ajudou melhorar a vida de pessoas em mais de 65 países solucionando conflitos; promovendo a democracia, os direitos humanos e as oportunidades económicas; prevenindo doenças; melhorando os cuidados de saúde mental; e formando camponeses para aumentar o rendimento da produção.

NEWS
THE CARTER CENTER
ONE COPENHILL, ATLANTA, GA 30307

SEM EMBARGO
Segunda-Feira, 17 de Novembro de 2003

CONTACTO: Marc de Tollenaere
Em Moçambique, 258-82-31-18-81

Kay Torrance
Em Atlanta, 404-420-5129

DECLARAÇÃO DO JIMMY CARTER SOBRE AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 19 DE NOVEMBRO EM MOÇAMBIQUE

ATLANTA… . Os Moçambicanos irão votar na quarta-feira para eleger os líderes locais nas segundas eleições autárquicas multipartidárias. Todos os candidatos e os seus respectivos militantes deverão manter a atmosfera geralmente calma que prevaleceu durante a campanha no dia de votação e no periodo de apuramento. O Carter Center, por convite da Comissão de Eleição Nacional (CNE), deslocou 15 observadores vindo de 12 países, que vão juntar-se aos observadores nacionais já no terreno. O Carter Center observou a dedição e preparação das autoridades eleitorais, e todos os eleitores deviam votar livremente, com a confiança que a comunidade internacional acompanha o processo com interesse.

####

O Carter Center foi fundado em 1982 pelo anterior Presidente dos Estados Unidosde América, Jimmy Carter, e a sua esposa, Rosalynn, em sociedade com a Universidade de Emory, para promover a paz e a saúde a nível mundial. Como organização sem fins lucrativos e não-governamental, o Carter Center ajudou melhorar a vida de pessoas em mais de 65 países solucionando conflitos; promovendo a democracia, os direitos humanos e as oportunidades económicas; prevenindo doenças; melhorando os cuidados de saúde mental; e formando camponeses para aumentar o rendimento da produção.

The Carter Center
Equipas de observação
Mozambique Eleições Autárquicas
19 de Novembro 2003

Equipa	**Delegados**	**Municípios**
Equipa 1	Cyridion Rutta, Scott Taylor	Pemba, Montepuez
Equipa 2	Cecilia Luna Lopes, Frances Henderson	Nampula
Equipa 3	Sun-Ae Wang, Jorge Bardalez	Quelimane, Mocuba
Equipa 4	Ricardo Rodrigues, Margot Gould	Tete, Moatize
Equipa 5	Ed Cain, Mark Simpson	Chimoio, Manica
Equipa 6	Carlos Barros, Irene Matenjwa	Beira, Dondo
Equipa 7	Marc de Tollenaere, David Pottie, Eric Bjornlund	Maputo City

The Carter Center

OPENING of Polling Station Observation Form
Mozambique November 2003

Observer: _____

Municipality: _____

Polling Station Name: _____

Polling table number(s): _____/_____/_____

Arrival time: _____

Number waiting in line to vote: _____

Number of voters on register: _____

Outside the polling station

	YES	NO
1. Is the polling station easily identifiable for the voters?		
2. Are police further than 300m away from the polling stations?		
3. Is the queue orderly?		
4. Is the environment calm? (explain if "no")		
5. Are examples of the ballot papers posted outside the polling stations?		
6. Is the area 300m around the polling station free of electoral propaganda?		

Opening Process

	YES	NO
7. Are all 6 election staff present? Specify any absences:		
8. Are election officials wearing identification?		
9. Are delegates of candidates/lists? Specify which:		
10. Are domestic observers present? Specify organization:		
11. Are all election materials present? If not, specify:		

12. Are both ballot boxes shown to be empty?		
13. Are both ballot boxes sealed by the Presiding Officer and seal numbers registered?		
14. Are observers and delegates of candidates and lists allowed to inspect voter cabins and all documentation on the voting table?		
15. Are the voting cabins adequately positioned?		
16. Did the polling table open on time at 7:00 a.m.? If not, specify time:		

Other comments and issues brought to your attention

The Carter Center

Polling Station Observation Form
Mozambique November 2003

Observer: _____

Municipality: _____

Polling Station Name: _____

Polling table number(s): _____/_____/_____

Number of voters on register: _____

Arrival time: _____ Number waiting in line to vote: _____

Outside the polling station:

	YES	NO
1. Is there any visible police presence within a range of 300m from the polling station?		
2. Is the polling station easily identifiable for the voters?		
3. Is the immediate vicinity (300m) of the polling location free of campaign activity or attempt to influence voters?		
4. Estimated number of people in queue (if any)?:	-	-
5. Is the queue orderly?		
6. How long has the first person in the queue been waiting?		

Attendance inside the polling station:

	YES	NO
7. Are all election officials present? If any absences, specify who:		
8. Are delegates of candidates and lists present? Specify which:		
9. Are domestic observers present? Specify organization:		

Operation of the polling station:

	YES	NO
10. Are all registered voters able to vote?		
11. Are all ineligible voters prevented from voting?		
12. Are all election materials present? If not, specify:		
13. Are delegates of candidates and lists able to freely observe the polling?		
14. Are voters directed to the right polling table?		
15. Is the secrecy of the voter assured?		
16. Is indelible ink used?		
17. Are all eligible voters in the registration books?		
18. Are the ballot boxes sealed?		
19. Is the voting process free from disruption?		
20. Is assistance provided for eligible voters in need?		
21. Are unauthorized persons denied access to the polling table?		
22. Is the physical structure of the polling station adequate?		
23. Do any voters opt to vote for one election only? If so, approx. number:		
24. Can ballot boxes easily be distinguished?		
25. Are the names of the voters ticked in the registration books?		
26. Do all voters have voter cards? If not what other ID's are presented?		
27. Do voters who make a mistake receive a second ballot paper?		
28. Do all polling booths have an inkpad for illiterate voters?		
29. Is the electoral staff impartial and competent?		
30. How long does it take to vote (average of five voters)?		
31. Do voting procedures run smoothly? If not, what causes delays?:		
32. Is there a fair male/female balance between voters (e.g. count voters in queue?		

Overall impression of the polling station

Discuss the general operation of the polling station with other observers (O) or candidate agents (CA) and check the box that best summarizes their assessment and then note your own (TCC).

	O	CA	TCC
33. Station functioned well, no problems			
34. Some minor problems that will not affect results			
35. Serious problems potential for significant impact on results			
36. Grave violations, results of poll should be invalidated			

Comments and issues brought to your attention (use this space to record additional observations about the polling process, general environment, etc.):

The Carter Center

CLOSING and COUNTING Observation Form
Mozambique 2003

Observer: _____

Municipality: _____

Polling Location Name: _____

Polling station number(s): _____/_____/_____

Arrival time: _____

Number waiting in line to vote: _____

Number of voters on register: _____

Closing process

	YES	NO
1. Did the poll close on time at 6:00 pm?		
2. Was there a queue at closing time?		
3. If so, did an election official mark last voter in queue at closing time?		
4. Were voters in queue at closing time allowed to vote?		
5. Were voters NOT in queue at closing time prohibited from voting?		
6. Is the number of spoiled ballots registered, counted and packed separately?		
7. Are the remaining unused ballots marked with "S" and packed in sealed envelopes?		
8. Are delegates of candidates and lists present? Specify:		
9. Are observers present? Specify which organizations:		

Counting Process

	YES	NO
10. Are all election officials present? Specify absences, if any:		
11. Is there adequate lighting in counting station?		
12. Are the registration books duly closed so that no more names can be ticked?		
13. Are the votes of the election for the president of the municipal council counted first?		
14. Are there any protested votes?		
15. Does the number of cast ballots balance with the number of voters ticked in the registration books?		
16. Is there correct determination of valid/invalid ballot papers?		
17. Are delegates of candidates and lists able to inspect ballot papers and/or raise objections?		
18. Are the tally sheets (editais) and voting table report (actas) completed signed and stamped?		
19. Do delegates of candidates and lists receive a copy?		
20. Was the counting process free of disruption? If not, specify:		
21. Were unauthorized persons denied access to the counting station?		
22. Were all election materials accounted for and sealed in packets?		
23. Is a copy of the tally sheet posted outside the polling table?		
24. Do delegates of candidates and lists get the opportunity to accompany the transport of the original tally sheet, voting table report and registration book(s)?		

Other comments:

The Carter Center

Observation SUMMARY Form
Mozambique November 2003

Observer: _____

1. Total number of polling stations visited:
2. Total number of polling tables visited:

Outside the polling station

	YES	NO
3. Security forces were present at the appropriate distance.		
4. Polling table was easily identified by voters.		

Inside the polling station

	YES	NO
5. All designated polling officials present in the polling stations.		
6. Delegates of candidates and lists from at least two parties were present in the polling stations.		
7. Domestic observers were present in the polling stations.		

Operation of the polling station

	YES	NO
8. Polling station opened on time (within one hour).		
9. All registered voters able to vote.		
10. Ineligible voters denied access to vote.		
11. All election materials present.		
12. Party agents/observers able to observe freely.		
13. Voter secrecy assured.		
14. Indelible ink applied.		
15. Voting process free of disruption.		
16. Polling station closed on time.		
17. Counting process correctly administered		
18. Tally sheets distributed to delegates and posted outside?		
19. Sensitive election materials transported in company of delegates?		

Overall impression of the polling

	YES	NO
20. Polling functioned well, no problems		
21. Some minor problems that will not affect results		
22. Serious problems potential for significant impact on results		
23. Grave violations, results of poll should be invalidated		

NEWS
THE CARTER CENTER
ONE COPENHILL, ATLANTA, GA 30307

SEM EMBARGO
Sexta-feira, 21 de Novembro de 2003

CONTACTO: Marc de Tollenaere
Em Moçambique, 258-82-311 881

Kay Torrance
Em Atlanta, 404-420-5129

DECLARAÇÃO PRELIMINAR DO CARTER CENTER SOBRE AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS EM MOÇAMBIQUE DE NOVEMBRO 2003

MAPUTO, MOZAMBIQUE… As segundas eleições autárquicas de Moçambique foram de um modo geral, ordeiras e pacíficas. A Comissão Nacional de Eleições (CNE), o Secretariado Técnico para a Administração Eleitoral (STAE) e os membros das mesas de voto devem ser felicitados pela boa conducta de todos os aspectos do processo de votação no dia das eleições. Durante a votação, encontravam-se presentes na maioria das mesas de voto dois ou mais delegados dos candidatos e listas. A participação de candidatos de nove partidos e seis grupos cívicos, além dos da Frelimo e a Renamo-União Eleitoral – respectivamente o partido no poder e a principal coligação da oposição - exprime o desejo para uma competição multipartidária nas 33 autarquias de Moçambique.

Enquanto nenhum problema significativo foi observado, a participação de menos de 30% do eleitorado, segundo relatórios preliminares, é no entanto preocupante. Indicações preliminares sugerem que, a participação nas mesas com cadernos de 2003 foi sistematicamente mais elevada em comparação com as mesas com cadernos de 1999. Se esta padrão é confirmado, espera-se que as autoridades eleitorais e o Governo de Moçambique renovarão os seus esforços para implementar o recenseamento contínuo, tal como consta na legislação eleitoral existente, e que estabeleçam um único registo eleitoral consolidado.

A maioria dos observadores do Carter Center foi bem recebida ao longo de Moçambique, mas num caso a CPE impediu um observador de cumprir com os seus deveres de observação porque a credencial da CNE indicava uma designação geográfica diferente da qual onde estava colocado tal observador. Em duas autarquias não foi permitido aos observadores de observar o apuramento intermédio. O facto que a CNE emitiu instruções para o processo de

apuramento intermédio menos de dois dias antes das eleições pode ter contribuído para esta falta de acesso. Porém, ambas as ocorrências parecem violar os próprios regulamentos da CNE que correctamente concedem circulação livre aos observadores. O Carter Center aponta que a mobilidade e acesso de observadores internacionais são um aspecto importante para assegurar transparência no processo eleitoral de Moçambique.

Em geral, o Carter Center constata com satisfação as contribuições positivas por todos os Moçambicanos para assegurar que as eleições autárquicas de 2003 fossem um sucesso. Espera-se que esta experiência continue no processo de preparação das eleições gerais de 2004.

O Carter Center, convidado pela Comissão Nacional de Eleições, deslocou 15 observadores de 12 países ao longo de Moçambique. Os observadores visitaram mais de 150 mesas em 11 autarquias em 7 províncias. O Center teve o prazer de se juntar aos esforços de outros observadores internacionais e em particular aos de observadores nacionais.

A votação na sua generalidade começou bem, com quase todas as mesas abertas na hora determinada e com os membros das mesas presentes. O material eleitoral estava colocado e não se observava a presença de material de campanha na vizinhança imediata das locais de votação.

A votação foi bem administrada na maioria das mesas. Foram observados problemas secundários em várias mesas relacionados com a posição das cabines de voto de tal modo que o segredo do voto poderia ser violado. Porém, em geral não se julga que estes problemas tenham algum efeito nos resultados.

O encerramento das mesas e apuramento parcial também foi administrado bem, sem problemas sérios reportados. O apuramento parcial foi completado antes de meia-noite na maioria das mesas.

O processo eleitoral ainda não terminou. O apuramento intermédio é contínuo e será seguido por um apuramento geral á nível da Comissão Nacional de Eleições e a publicação dos resultados oficiais pelo Conselho Constitucional. O Carter Center continuará monitorando este processo nos próximos dias e avaliará o período pós-eleitoral através de uma presença continuada em Moçambique. Após isso, será preparado um relatório global do processo eleitoral.

******

O Carter Center foi fundado em 1982 pelo anterior Presidente norte-americano, Jimmy Carter, e a sua esposa, Rosalynn, em sociedade com a Universidade de Emory, para promover a paz e a saúde a nível mundial. Como organização sem fins lucrativos e não-

governamental, o Carter Center ajudou melhorar a vida de pessoas em mais de 65 países solucionando conflitos; promovendo a democracia, os direitos humanos e as oportunidades económicas; prevenindo doenças; melhorando os cuidados de saúde mental; e formando camponeses para aumentar o rendimento da produção.

NEWS
THE CARTER CENTER
ONE COPENHILL, ATLANTA, GA 30307

SEM EMBARGO
Terça-feira, 20 de Janeiro de 2003

CONTACTO: Marc de Tollenaere
Em Moçambique, 258-82-311 881

Kay Torrance
Em Atlanta, 404-420-5129

Segunda Declaração pelo Carter Center sobre as eleições autárquicas
de Novembro de 2003 em Moçambique

MAPUTO, MOÇAMBIQUE…O Carter Center pronuncia-se positivamente sobre a deliberação do Conselho Constitucional de 15 de Janeiro de 2004, que valida e proclama os resultados finais das eleições autárquicas de Novembro de 2003.

O Carter Center observou as eleições autárquicas de 19 de Novembro e constatou que, as segundas eleições autárquicas de Moçambique foram bem administradas, decorrendo de maneira ordeira e sem problemas consideráveis que pudessem ter influência sobre os resultados. Depois do dia da votação e da contagem dos boletins de voto, o Center continuou a acompanhar o período pós-eleitoral, incluindo o apuramento, as reclamações e os recursos, e o processo de validação dos resultados finais. Como afirmado na nossa declaração de 24 de Novembro, os observadores do Center não tiveram um igual acesso ao processo de apuramento intermédio. O Center tentou observar o apuramento geral, mas foi informado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) que o acesso era limitado a um computador situado num gabinete do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) que estava fisicamente separado das salas de apuramento. A reclassificação dos votos nulos não podia ser acompanhada pelo Center, visto que, este processo foi considerado como uma sessão da CNE e estas não estão abertas ao público. No entanto, o Artigo 2 do Regulamento de Observação indica que os observadores podem "acompanhar o trabalho da CNE " e podem "verificar todas as operações eleitorais".

Embora a maioria dos resultados intermédios indique grandes margens de vitória, o processo de apuramento continua a ser uma fase crucial de qualquer eleição, e como tal, deveria ser

administrado de uma maneira transparente e atempadamente. O nível de acesso concedido aos observadores era insatisfatório para permitir uma verificação adequada do apuramento geral. A confiança do Center na veracidade dos resultados está parcialmente baseada no seu envolvimento na Recolha de Apuramentos Parciais levada a cabo pelo Observatório Eleitoral, uma parceria de organizações Moçambicanas não governamentais.

Os resultados gerais foram emitidos verbalmente pela CNE no dia 4 de Dezembro. O anúncio aconteceu na ausência dos membros da CNE indicados pela Renamo, que abandonaram a sessão da CNE em sinal de protesto na noite de 3 de Dezembro porque a CNE rejeitou uma confrontação de todos os editais das mesas de voto e os resultados lançados no banco de dados central.

As cópias das deliberações da CNE e dos editais só foram disponibilizadas ao Center a 11 de Dezembro. A razão principal da demora deveu-se aos erros no anúncio inicial da distribuição de assentos das assembléias municipais. A CNE não providenciou nenhuma explicação pública sobre as causas dos erros ou sobre o processo de correção. Os resultados enviados ao Conselho Constitucional, aos candidatos, às listas, aos média, e aos observadores, continham ainda enganos surpreendentes (em particular no que se refere ao número de eleitores), erros nas listas de membros das assembléias municipais eleitos, e mudanças no número de assentos em várias municipalidades. O Conselho Constitucional teve que pedir correções à CNE, correções essas que foram submetidas ao Conselho Constitucional a 18 de Dezembro.

Os resultados publicadas pela CNE mostram também uma discrepância considerável (no total 8 por cento para as 33 autarquias) entre o número de eleitores recenseados, publicado pela CNE a 20 de Agosto, e o número de eleitores que aparece nos editais. Este facto, confirma a necessidade expressa na declaração do Center de 24 de Novembro, de corrigir e consolidar o registo eleitoral.

A coligação Renamo União Eleitoral (Renamo-UE) e duas listas menores submeteram protestos à CNE sobre irregularidades notadas durante o processo eleitoral. A CNE publicou uma deliberação sobre as reclamações e as razões pelas quais todas foram rejeitadas. Na maioria dos casos a CNE declarou que a irregularidade não teve nenhuma influência nos resultados finais ou que havia falta de prova material. A CNE deve ser louvada por ter tratado de todos estes protestos antes da publicação dos resultados.

Insatisfeita com os argumentos da CNE, a coligação Renamo-UE apresentou recurso ao Conselho Constitucional concentrando-se na não-complacência com o artigo 100 da lei eleitoral. A Frelimo também submeteu recurso sobre a legalidade de certos candidatos da Renamo-UE. O Conselho Constitucional rejeitou todos os recursos e validou os resultados a 15 de Janeiro de 2004.

O Center considera a deliberação do Conselho Constitucional como uma contribuição positiva ao processo eleitoral uma vez que esta contém sugestões valiosas (por exemplo, um calendário eleitoral mais realista e um único registo actualizado) para as autoridades eleitorais e os legisladores no que se refere a melhorias necessárias para a conduta de eleições em Moçambique.

O relatório completo do processo eleitoral será publicado em Fevereiro de 2004.

******

O Carter Center foi fundado em 1982 pelo anterior Presidente norte-americano, Jimmy Carter, e a sua esposa, Rosalynn, em sociedade com a Universidade de Emory, para promover a paz e a saúde a nível mundial. Como organização sem fins lucrativos e não-governamental, o Carter Center ajudou melhorar a vida de pessoas em mais de 65 países solucionando conflitos; promovendo a democracia, os direitos humanos e as oportunidades económicas; prevenindo doenças; melhorando os cuidados de saúde mental; e formando camponeses para aumentar o rendimento da produção.

***The Carter Center* – Breve Apresentação**

O *Center* é uma organização não-governamental e não-lucrativa, fundada em 1982 em Atlanta, Georgia, pelo anterior Presidente norte-americano Jimmy Carter e sua esposa, Rosalynn, em sociedade com a Universidade de Emory. O *Center* ajudou a melhorar a vida de milhões de pessoas em mais de 65 países empreendendo a paz, lutando contra a doença e construindo a esperança. O *Center* trabalha directamente com pessoas ameaçadas pela guerra, doença, escassez e pobreza, para resolver os problemas, renovar oportunidades e criar esperança. Uma das chaves do nosso sucesso é a habilidade para fazer acordos detalhados com os líderes principais de uma nação e assim prestar serviços a milhares de aldeias e grupos de família nas áreas mais remotas e negligenciadas.

O *Center* tem aproximadamente 150 empregados, localizados principalmente em Atlanta, Ga. O *Center* é financiado através de doações privadas de indivíduos, fundações, corporações e agências de ajuda de desenvolvimento internacionais. O orçamento operacional de 2000-2001, excluindo contribuições caridárias, foi aproximadamente de 34 milhões de dólares. *The Carter Center Inc*. é uma organização de caridade 501 (c)(3), e as contribuições dos cidadãos norte-americanos e companhias são dedutíveis nos impostos como permitido por lei.

O *Carter Center* fica situado numa área de 14,16 ha localizada a 2,4 km a leste do centro da cidade de Atlanta. Nos quatro pavilhões circulares interligados existem escritórios para o Presidente e a Sra. Carter e para a maioria do pessoal do programa do *Center*. O complexo inclui a não-denominada Capela Cecil B. Day (*Cecil B. Day Chapel*) e outras instalações de conferência. A Biblioteca Jimmy Carter (*Jimmy Carter Library*) e o Museu, contíguos ao *Center*, são da responsabilidade dos Arquivos Nacionais e Administração de Registos (*National Archives and Records Admnistration*) do governo federal. O *Center* e a Biblioteca são conhecidos, no todo, como *The Carter Presidential Center*.

The Carter Center

453 Freedom Parkway

Atlanta. GA 30307

(404) 420-5100

fax (404) 420-5196

www.cartercenter.org

The Carter Center Mozambique

Avenida Julius Nyerere 854

3 andar, flat 5

Maputo

Tel (258 1) 497949

Fax (258 1) 486879